COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 2.108, DE 2007

Acrescenta o § 5º ao artigo 27 da lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que “regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, que trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.”

Autor: Deputado VALTENIR PEREIRA

Relator: Deputado GABRIEL GUIMARÃES

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.108, de 2007, pretende acrescentar o § 5º ao art. 27 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2001, o qual tem a seguinte redação:

“Art. 27.....

§ 5º *O Plano de Manejo deve estabelecer as atividades que poderão ser desenvolvidas por visitantes no Parque Nacional, bem como a obrigatoriedade de supervisão de guias especializados, de forma a garantir que elas se realizem sem perturbar o ambiente natural e sem desvirtuar as finalidades do parque.” (NR)*

Em sua justificação, o proponente do projeto, Deputado VALTENIR PEREIRA, assinala:

“Os Parques Nacionais têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande

relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.”

“A supervisão de guias especializados possibilita uma maior segurança na preservação ambiental e na integridade física do visitante.”

“Essa concepção sugere o ecoturismo com a postura do turista, que satisfaz suas motivações em contato com a natureza, porém deve ter uma responsabilidade com o entorno natural e cultural. Essa responsabilidade perpassa valores éticos e morais, que contribuem para uma atitude mais comprometida com os princípios da preservação e conservação, bem como uma integração forte com a região visitada.”

A Comissão de Turismo e Desporto apreciou a matéria, aprovando-a em 25 de junho de 2008, com emenda, nos termos do parecer apresentado pela relatora, Deputada Sueli Vidigal.

Essa emenda objetiva agregar ao dispositivo do projeto a obrigatoriedade de as atividades de visitantes nos Parques Nacionais serem, obrigatoriamente, supervisionadas por fiscais.

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável rejeitou a matéria, nos termos do parecer do apresentado pelo relator, Deputado Sarney Filho. Esse alegou que a supervisão de guias não devia ser necessária para todas as situações, cabendo ao Poder Executivo avaliar a sua necessidade ou não.

Em virtude de haver pareceres divergentes das Comissões de mérito sobre o projeto, a competência para apreciá-lo foi transferida para o Plenário, a teor do que estabelece o art. 24, II, **g**, do Regimento interno da Câmara dos Deputados.

Vem, em seguida, a matéria a este Colegiado, onde se lança o presente parecer.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, segundo o que dispõe o art. 32, IV, **a**, do Regimento Interno desta Casa, examinar as proposições quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa.

Decorre do disposto no art. 24 da Constituição Federal que a União tem competência, dividida concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, para legislar sobre proteção ao meio ambiente. Proteção ao meio ambiente é a matéria do projeto em análise.

A fiscalização e administração dos parques é matéria tipicamente administrativa, que decorre da própria natureza da atividade de governo.

Vale lembrar que a separação dos Poderes no Estado moderno se funda em dois pilares: a especialização funcional e a independência orgânica, como nos lembra José Afonso da Silva (in: *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo, Malheiros, 2010, p. 109).

Com efeito, cabe ao administrador avaliar a necessidade ou não de ações na esfera da administração que, por sua natureza, lhe pertence, não podendo o legislador infraconstitucional impor-lhe comandos aos quais não cabe senão obedecer em área que é tipicamente administrativa. Isso seria, na prática, um aviltamento das funções reservadas por natureza ao Poder Executivo, caracterizando quebra do princípio da independência e harmonia entre os Poderes (art. 2º da Constituição Federal).

Eis por que considero o projeto inconstitucional, deixando de examiná-lo quanto aos demais aspectos previstos na alínea **a** do inciso IV do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados: a juridicidade e a técnica legislativa.

A emenda apresentada na Comissão de Turismo e Desporto não resolve o problema da inconstitucionalidade, pois ela apenas agrega à obrigatoriedade da presença de guias especializados acompanhando os turistas nos Parques Nacionais a obrigatoriedade da presença de fiscais. A

emenda se insere assim na mesma linha do projeto, eis por que uma e outro são inconstitucionais.

Haja vista o que acabo de expor, voto pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 2.108, de 2007, bem como da emenda a ele apresentada na Comissão de Turismo e Desporto.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado GABRIEL GUIMARÃES
Relator